

O 25 de Novembro de 1975

Introdução

Foi-me proposto pelo Manuel Barão da Cunha que escrevesse a minha visão do 25 de Novembro de 1975, para ser integrado no livro “25 de Novembro: Reflexões”

Pensei muito, pois não duvido de que o meu texto será polémico, abrirá fortes discussões e reabrirá algumas feridas.

Decidi-me por falar. Continuo a considerar que devemos isso à História.

Mas, face à minha postura na vida - não sei dizer meias verdades, não sei mascarar a realidade, tenho enorme dificuldade em praticar o politicamente correcto, ou falo e digo o que penso, ou não falo – procurei, mais uma vez, ser eu próprio.

Por isso, aqui fica a minha verdade, porventura suspeita. Haverá outras verdades, provavelmente diferentes da minha, mas ela aqui fica, com uma forte garantia pessoal: não inventei nada. Poderei não ter contado tudo o que se passou, mas o que conto são factos e sentimentos reais. Como sempre, recuso-me a inventar...

Aos amigos a que porventura desgostei, faço o mesmo pedido que lhes fiz em “Do Interior da Revolução”: espero que me compreendam e desculpem.

Para este trabalho servi-me de alguns textos produzidos por militares de Abril, fazendo especificamente referência e citando mesmo parte de um trabalho do Capitão de Mar e Guerra Miguel Judas (nomeadamente em *Antecedentes*). A ele, os meus agradecimentos, pela compreensão e aceitação desta atitude.

Antecedentes

Mas, falar do 25 de Novembro implica também analisar o que esteve na sua origem isto é, o que o tornou necessário e inevitável. Não irei, portanto, limitar-me ao acontecimento em si, mas irei também envolvê-lo nos seus antecedentes e nas suas consequências.

Comecemos por analisar os objectivos do 25 e Abril e a autêntica caixa de Pandora que o mesmo abriu.

Antes de mais, recordemos os objectivos essenciais que motivaram o MFA a arrancar para o 25 de Abril e que promoveram a frente ampla e transversal em que o referido Movimento se transformou.

- Democratização, com o ponto principal assente em eleições livres, para uma Assembleia Constituinte, no prazo de um ano.
- Resolução da questão colonial, com o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência.
- Desenvolvimento, com realce para o avançar para uma sociedade mais justa, mais igual, mais fraterna. O que implicava a necessidade de proteger essencialmente

os mais desfavorecidos.

Era este o projecto do MFA, que permitiu uma união à volta do essencial.

Projecto, onde o primeiro ponto - democratização - ocupava lugar primeiro e se virá a constituir como a questão essencial, à volta do qual se darão as grandes discussões, as grandes divergências e as grandes lutas.

Avanço já com a afirmação de que foi precisamente o respeito, a defesa deste valor, que permitiu ao MFA/Exército, mais tarde consubstanciado no Grupo dos Nove, a vitória das suas posições.

Estes objectivos, aliados à enorme ânsia de liberdade, de paz e de progresso dos portugueses fazem com que, logo no dia 25 de Abril emergisse em Portugal um novo “partido político”, ao qual, apesar de “informal”, aderiu a esmagadora maioria do povo português: o MFA, se considerarmos que um partido político é como que um nó visível, formalizado, institucionalizado, de uma vasta rede informal e de geometria variável, de interesses políticos, económicos, culturais e territoriais, pessoais ou de grupo, nacionais e internacionais, cuja teia complexa e invisível contribui para a formulação de um Projecto de Futuro, estratégias, programas de acção e processos de decisão política, bem como para a ampliação e amplificação dos recursos de acção partidária.

O posicionamento do MFA, os valores que defendia, transformam, o 25 de Abril num processo altamente original, que colocava em causa os três grandes paradigmas de organização e metabolismo das sociedades, conhecidos de então: o do *liberalismo económico*, onde o nazismo e o fascismo haviam constituído, apesar de aparentemente pouco liberais, as suas mais agressivas variantes; o *estatismo soviético*, que embora surgido de um impulso libertador se convertera num totalitarismo obtuso; o do *New Deal / Estado Social*, baseado na redistribuição, pelos Estados, da riqueza produzida pelo capitalismo dentro e fora das respectivas fronteiras e pelo desenvolvimento social nos países do “centro”.

Ao colocar na ordem do dia um outro paradigma, o 25 de Abril transforma-se rapidamente numa nova Revolução, original, inédita e inovadora, que põe em causa todo o entendimento então existente, assente, é bom recordá-lo, na existência dos dois blocos dominantes, que a guerra fria suportava.

Que novo paradigma era esse? Recordemo-lo:

- Uma Democracia não só representativa mas também participativa, com o reconhecimento de poderes às organizações sociais temáticas e de base territorial;
- A subordinação dos poderes fácticos, designadamente o económico e o comunicacional, ao poder político democrático, com o estabelecimento de deveres sociais à propriedade privada dos meios de produção (penalização do subaproveitamento deliberado ou expropriação do abandono);
- A instituição de três sectores de economia - estatal, privada e social-comunitária - equilibrados e complementares entre si;
- Instituição de formas de participação dos trabalhadores na gestão empresarial, pública e privada;
- Planeamento nacional democrático;
- Políticas sociais avançadas;

- Política externa independente, pacifista, virada para todos os horizontes, e desenvolvimento de relações de cooperação com as ex-colónias;
- A enunciação da perspectiva do socialismo.

Estávamos muito avançados no tempo. O facto é que só cerca de trinta anos mais tarde este paradigma vem a emergir noutros países sob a designação genérica de *socialismo do sec. XXI*.

Contudo, precisamente por pôr em causa o entendimento então existente, e apesar de esta nova “utopia” - de um país soberano, profundamente democrático, pacífico e viável num quadro de relações internacionais de largo espectro – ter sido respaldada pela imensa maioria do povo português, tal “utopia” não cabia no quadro de referências geoestratégicas que guiavam, ao momento, as grandes potências envolvidas na guerra-fria.

Não tanto por Portugal em si, apesar de tal “liberdade” nacional poder fragilizar de algum modo eventuais planos agressivos da Nato, mas, fundamentalmente, pelas alterações geoestratégicas que o processo de descolonização pudesse proporcionar, designadamente quanto ao conjunto do continente africano e, muito especialmente, quanto ao seu cone sul (Rodésia, Namíbia e África do Sul).

Em consequência, Portugal e a sua Revolução passaram a ser palco da intervenção de uma grande quantidade de actores internacionais: uns, aqui procurando realizar as revoluções que não conseguiram fazer vingar em suas “casas”; outros, tentando influenciar o trajecto da Revolução e levá-la ao encontro dos seus desejos, nomeadamente em tudo o que tinha que ver com o processo de descolonização acelerado a que se assistia.

Sinal inequívoco da enorme importância que as duas super potências dispensaram à Revolução Portuguesa está no facto de quer os EUA quer a URSS, para aqui terem enviado o que de melhor tinham nos respectivos corpos diplomáticos: precisamente Carlucci e Kalinine (que, naturalmente, dirigiram de forma superior os respectivos agentes secretos, a CIA e o KGB.... Aliás, em 1974 Lisboa voltaria a repetir o cenário da 2ª Guerra Mundial, transformando-se no local onde “se digladiavam mais agentes secretos por metro quadrado...”).

Neste âmbito, tenha-se em consideração que, dada a convergência de interesses que se verificava no momento entre o MFA e os movimentos de libertação das colónias, não só quanto à descolonização em si mas também quanto à manutenção futura de relações de amizade e cooperação com os novos países, a qual se chocava com o interesse geral das potências “ocidentais” quanto a África, estas potências procuraram:

- Num primeiro momento, impedir a descolonização completa e irreversível das colónias – projecto de Spínola até à sua derrota temporária a 28 de Setembro de 1974 e definitiva a 11 de Março de 1975 - no qual estiveram directamente envolvidas forças internacionais e vários partidos políticos nacionais.
- Num segundo momento, pela promoção acelerada da derrota da Revolução, impedir, pelo menos, a independência de Angola para o MPLA em Novembro de 1975.

Tudo isto “agravado” pelo facto de a “utopia” revolucionária portuguesa (que veio a ser

reflectida parcialmente na Constituição de 1976) ser tão original que nem o mundo intelectual e culto estrangeiro a conseguiu encaixar nos seus paradigmas.

Lembremos que, marcado pela antinomia “comunismo soviético” vs “capitalismo imperialista”, para esse “mundo” a “utopia” socialista portuguesa, na qual esmagadoramente os portugueses – militares e civis – acreditaram como viável em 1974-1975, foi vista apenas como uma espécie de **ovni** ideológico!

Em resultado disso, apesar de considerar que, no fundamental e em última análise, a evolução da Revolução Portuguesa se deve à acção das forças internas do País, muito em concreto do MFA (lembro, a propósito, a minha declaração ao Carlucci sobre a desejada “vacina da Europa” que Kissinger queria aplicar em Portugal: “se querem fazer experiências, façam-nas na vossa terra. Aqui, nós vamos resolver os nossos problemas!”) não podemos negar que a acção dos actores internacionais teve influência muito importante na evolução dos acontecimentos dessa época em Portugal.

Pois bem, foi neste caldo de enormes convulsões e interesses, que costumo classificar como “bebedeira colectiva”, que o MFA se viu envolvido, sem a preparação política que o levou a não “preparar o dia seguinte” – de pouco lhe teria, porventura, servido, mas o facto é que não o preparou – agarrando-se apenas aos compromissos assumidos, que atrás referi.

Teve que enfrentar lutas internas, pois a ampla frente que constituíra para o 25 de Abril tinha no seu seio um pequeno grupo que ambicionava por um projecto de poder pessoal: Spínola e os seus apaniguados.

Teve a “felicidade” de gerar, de imediato, uma fórmula pragmática consensual consubstanciada nos 3 D’s – Democratizar, Descolonizar, Desenvolver - o que, além do mais fez com que todos os partidos políticos, pelo menos até ao 28 de Setembro, se transformassem em seus “clientes”. Ainda que desde logo, houvesse nuances, com partidos políticos a terem mais de um “senhor”, isto é, o MFA e Spínola.

A luta desenvolvida pelo MFA, que nunca abdicara das suas responsabilidades e não aceitara diluir-se nas Forças Armadas, como Spínola tentou desesperadamente e de várias formas, permitiu-lhe fazer frente às diversas tentativas do então Presidente da República para impor o seu projecto: “rasgar” do Programa do MFA, logo na noite de 25 de Abril; dissolução do MFA, com o documento Engrácia Antunes – Hugo dos Santos; declaração do “estado de sítio” (viria a ameaçar com isso por seis vezes), com o adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte, a realização imediata de eleições para Presidente da República (ligava-se assim, dizia, a legitimidade eleitoral à legitimidade revolucionária), consubstanciado no “Golpe Palma Carlos”; o 28 de Setembro, com o apelo à “maioria silenciosa”.

No pós 28 de Setembro, derrotada a ala spinolista, o MFA continuou a promover a realização do seu Programa, tendo, por um lado de preocupar-se com as acções – agora menos às claras – dos que haviam “saído da carruagem da revolução”, e por outro com as visíveis consequências das lutas entre os dois principais partidos políticos: o PCP, que assentava a sua atitude na legitimidade da luta contra Salazar e Caetano; o PS que se impunha como apoiado pelos países ocidentais (EUA e Europa), onde se “praticavam” as democracias do tipo da almejada pelo MFA com o 25 de Abril.

Foram tempos conturbados, onde o modelo económico e a questão sindical desempenharam papel importante.

Foram os tempos de preparação das últimas tentativas golpistas de Spínola, que culminaram com o 11 de Março de 1975.

Depois desta tentativa frustrada dos Spinolistas, seguiu-se o caminhar acelerado para a consumação de um dos principais objectivos do 25 de Abril, as eleições para a Assembleia Constituinte.

Aqui, há que realçar que essas eleições só se realizaram porque o MFA as impôs, “contra tudo e contra todos”. Por um lado, à direita, temerosos das consequências do golpe falhado do 11 de Março, proclamavam que “havia que adiar as eleições, não há condições para as realizar já”. Por outro lado, à esquerda, embriagados com a vitória no 11 de Março e com a deriva revolucionária que se lhe seguiu, começavam a considerar possível a solução de “democracia popular” vs “democracia burguesa”.

Nestas condições, foi o MFA que impôs a realização de eleições a 25 de Abril de 1975 (estava assim a cumprir o compromisso por si assumido com o povo português um ano antes). Para isso, é bom recordá-lo, teve que empenhar-se decisivamente no recenseamento (das acções colectivas de um povo é, das que vivi, a que considero mais empolgante) e na preparação do acto eleitoral. Resultado, conseguindo mobilizar a população para uma autêntica proeza, no que ao recenseamento diz respeito (de 1,6 milhões passou-se a mais de 6 milhões de eleitores), e para uma afluência cívica em 25 de Abril de 1975 (92% dos recenseados), fez dessas eleições as mais participadas e ordeiras que alguma vez se realizaram em Portugal. E, seja-me permitida alguma presunção, tenho dúvidas que alguma vez tenham sido suplantadas, em qualquer lugar do mundo!...

Mas, se nisto fomos exemplo cívico, outro tanto se não passou com o posicionamento dos partidos concorrentes às eleições: seria, aliás educativo ler os documentos da época, incluindo os do PPD e CDS, e verificar a dissonância entre a fraseologia pública revolucionária e democrática, cativante de votos, e uma prática realmente conservadora e, em muitos casos, reaccionária.

As eleições vieram trazer para a cena da revolução a “legitimidade democrática” e opô-la aos que, abusivamente, se proclamavam da “legitimidade revolucionária”.

E isto, porquê?

Sendo a “legitimidade democrática”, o grande objectivo perseguido pelo MFA (portanto, pelos que detinham a “legitimidade revolucionária”) desde o início – eleições livres para uma assembleia constituinte, no prazo de um ano – a questão é que os verdadeiros detentores da legitimidade revolucionária estavam a ser ultrapassados dentro do MFA pelos novos ultra revolucionários. Ser ou não ser revolucionário, ter ou não ter legitimidade revolucionária será mesmo, nesses tempos, uma das grandes questões que se discutirão no seio do MFA. De repente, os militares de Abril que haviam feito a conspiração, realizado o 25 de Abril (onde se incluía a apresentação do Programa do MFA), liderado o MFA que ultrapassara Spínola no 28 de Setembro e no 11 de Março, perdiam a “legitimidade revolucionária” e eram transformados em reaccionários ...Como seria, e foi, natural, não aceitaram essa situação, reagiram, impuseram a manutenção dos objectivos do 25 de Abril consubstanciados no Programa do MFA e ...o

caminho para “um 25 de Novembro” foi inexorável e inevitável...

Estávamos perante um novo paradigma, onde se assumiam duas opções, a “*social – democrática*” e a “*soberana, de desenvolvimento autónomo, na perspectiva do socialismo*”.

Para trás ficavam todas as outras, pois as forças derrotadas optaram pelo “do mal, o menos”.

A questão que se colocava era bem simples: ou a Revolução Democrática se sobreponha ao poder económico ou este, que tinha medrado sob o fascismo, destruiria a Revolução e a Democracia.

Depois de ter caído nas mãos da Revolução a responsabilidade de desmontar todo o aparelho público fascista e de refazer todas as instituições em moldes democráticos, o que foi, no fundamental, bem sucedido, tratava-se agora de um desafio ainda maior e mais complexo que consistia em controlar, reformar e por a funcionar em novos moldes - democráticos, socializantes e eficientes - todo o aparelho financeiro e produtivo nacional, a começar pelos sectores nacionalizados. Essa tarefa, nova para quase todos, exigiria uma grande concentração de esforços, uma grande unidade do MFA e das forças democráticas que se diziam “do socialismo”, incluindo, naturalmente, o PS.

Estabilizado o poder do MFA nas Forças Armadas e com a esquerda socialista (PS, PCP, MDP, UDP) largamente maioritária na Assembleia Constituinte (cerca de 58,5% de votos e 60% dos deputados - 152 em 250), não havia, à partida, necessidade de quaisquer outras medidas “radicais” a tomar, qualquer outro “aprofundamento” da Revolução a promover. Tanto mais que tais medidas serviam qualquer uma das Opções em presença, pois que, mesmo num quadro dos países centrais e evoluídos do capitalismo europeu, “social-democrata” ou “democrata-cristão”, defendidos respectivamente pelo PPD e pelo CDS, não havia assim uma tão grande aversão às nacionalizações, especialmente, como era o caso, de empresas e sectores nacionalizados que não tinham, por si, condições de subsistência sem uma forte presença do Estado. A exceção a essa “normalidade europeia” poderia ser a banca.

O povo português teve nas suas mãos, os meios de produção necessários para construir o seu próprio país, a partir do seu trabalho e engenho, sem amos exteriores, como soberano do seu destino. Mas essa soberania teria de ser ganha com muito esforço e muita aprendizagem; esta era uma via, a “*Soberana, de Desenvolvimento Autónomo, na perspectiva do Socialismo*”.

Então, se tudo isso era aparentemente verdade, se o poder democrático (Constituinte), o poder revolucionário militar (MFA) e o essencial dos poderes económico e mediático se encontravam nas mãos das forças que defendiam o Socialismo (o “verdadeiro”, democrático e não totalitário, e não o “capitalismo redistribuidor social-democrata”, que o PS rejeitava explicitamente), o que configurava uma situação e uma oportunidade únicas da história do mundo, o quê e porquê as coisas correram tão mal?

Será que a aparência correspondia à realidade? Que o que se proclamava, o que se escrevia e havia sido proposto aos portugueses, pelo MFA e pelos partidos políticos, era mentira?

Não é este o espaço para pormenorizar todo o embuste que se escondia nas proclamações feitas, discordantes com os secretos anseios perseguidos pelas forças políticas.

É evidente que, se melhor se analisasse a situação, não concluiríamos haver 60% dos deputados a pugnar pela solução socialista, mas pelo contrário seriam cerca de 85% de votos os que na Assembleia Constituinte eram adeptos do projecto capitalista “ocidental”.

Ainda que muitos desses votos reflectissem a confiança dos eleitores nas promessas (falsas) feitas e muitos dos deputados eleitos mantivessem ideias próprias mais próximas do MFA do que de Mário Soares ou de Sá Carneiro

O que veio a reflectir-se na redacção final do texto constituinte, no qual foi vertido o desígnio de um projecto socialista “original” e a consagração, contra os “civilistas”, da permanência do MFA no processo de transição e consolidação da Democracia.

Mas, o facto é que essa legitimidade eleitoral obtida pelo PS/Mário Soares, viria, no entanto, a servir de plataforma desestabilizadora da marcha normal da Revolução, através da intencional acentuação de conflitos e fracturas dentro da sociedade portuguesa, com reflexos políticos, sociais, económicos e, também no campo militar.

Mas não podemos também ignorar a “conveniência” para o desprestígio da Revolução, especialmente junto das classes médias, dos actos aventureiros e provocatórios de toda uma série de grupos “esquerdistas”, super-revolucionários, os quais enchiam os escaparates dos media com extremismos injustificados e atentados às liberdades individuais e políticas...

É interessante, aliás analisar o percurso político e ideológico de muitos desses esquerdistas ultra-revolucionários. É ver onde foram parar...

Sendo de realçar que quanto maior vigor colocaram na atitude de renegar os extremismos esquerdalhos, maior foi o “prémio” alcançado (dentro e fora de portas...).

Mas, se criticamos o PS, como cabeça de toda a “oposição”, não podemos deixar de criticar igualmente a actuação do PCP, que nos merece sérios reparos.

Poderão os principais responsáveis deste partido proclamar que a sua direcção procurava acompanhar e apoiar as posições que o MFA autonomamente ia tomando na marcha da Revolução, mas o facto é que muitas das suas organizações locais ou sectoriais também se deixaram arrastar pela onda “esquerdizante”, como se o ser de “esquerda” se constituísse numa competição.

Resultado, o “empurrar para a frente”, contrariamente ao PS que “empurrava para trás”, criou a ideia junto de muitos militantes comunistas de que seria desejável e possível uma espécie de “revolução de Outubro”. Não compreenderam a substancial diferença de situações, isto é, que na Rússia de 1917, entre Fevereiro e Outubro, nenhum dos objectivos vitais da revolução democrática havia avançado um passo (como as questões da paz e da terra), justificando-se uma nova revolução política para os concretizar; pelo contrário, em Portugal, os grandes objectivos da “Revolução Democrática e Nacional”, que era a parte fundamental do seu programa, estavam plenamente alcançados (o fim da guerra colonial, a liquidação das estruturas fascistas, a mais participada democracia, a liquidação dos monopólios financeiros/industriais, a reforma agrária, grandes conquistas

sociais...), pelo que havia de centrar os esforços na defesa da mais alargada unidade popular (incluindo as camadas médias da sociedade) e na reorganização e relançamento da economia nacional.

Em vez de pugnar pela imperiosa necessidade de uma reunificação do MFA (após o “documento dos 9”), o PCP respondeu à arrogância eleitoralista do PS de forma igualmente arrogante. Não hesitando em assumir atitudes esquerdizantes – a tal competição, a ver quem era mais de esquerda – onde a participação na FUR e o “cerco à Assembleia Constituinte” ocuparam lugar cimeiro.

Ainda que muitas vezes o PCP seja acusado de responsabilidades que não teve – o caso do Jornal República e da Rádio Renascença são bem exemplos disso - o facto é que a situação se agudizou no seio do MFA, a unidade foi quebrada e as várias confrontações – onde a Cimeira de Tancos ocupou lugar de relevo – levaram inevitavelmente ao confronto final, que se verificou em 25 de Novembro de 1975.

Ainda antes de contar alguns pormenores do 25 de Novembro, nomeadamente a minha intervenção pessoal, gostaria de fazer algumas afirmações referentes a todo o projecto 25 de Abril, do qual o 25 de Novembro é parte integrante:

- A presença política do Conselho da Revolução após Novembro de 1975, a sua existência em todo o período de transição (só terminado em Outubro de 1982) e a consciência cívica da maioria dos deputados à Assembleia Constituinte asseguraram que a Constituição da República consagrasse aspectos fundamentais das conquistas revolucionárias.
- Nomeadamente, considero que a existência do Conselho da Revolução foi essencial para que a Democracia se consolidasse.
- E, porque foram tão profundos os efeitos da Revolução de Abril na consciência do povo, só passados alguns anos algumas das suas conquistas fundamentais puderam ser desmanteladas, especialmente nos planos económico e moral.
- A corrupção despudorada e a degradação democrática só irromperam com toda a claridade cerca de quinze anos depois...
- A dignidade nacional e a justiça social mínima só vieram a ruir cerca de quarenta anos depois...
- Ficou uma Constituição da República que, apesar de abastardada por sucessivas alterações tácticas e tratada pelo Poder como um mero papel descartável, ainda pôde ser utilizada - porque mantém a sua componente democrática – como arma de arremesso contra os que tentaram cilindrar Abril e permitiu a abertura de uma nova esperança de mais liberdade, justiça e dignidade.

Podia rematar afirmando que:

- O MFA, consubstanciando valores democráticos pluralistas, um inabalável patriotismo, a mais rigorosa ética republicana, um elevado sentido de justiça social e uma visão estratégica viável para Portugal, foi, apesar da sua curta vida

existencial, a força política que mais uniu e marcou a consciência cívica dos portugueses em toda a época moderna.

- Os partidos políticos portugueses nasceram e/ou desenvolveram-se ao abrigo da dinâmica libertadora promovida pelo MFA.

Acontecendo contudo que desde o início das suas existências, alguns partidos políticos se deixaram perverter por dependências e intromissões alheias aos interesses dos portugueses e de Portugal, prosseguindo a sua evolução degenerativa ao ponto de não terem hoje qualquer Projecto de Futuro e colocarem em perigo a própria legitimidade da democracia representativa.

O que:

Aliado ao facto de se verificarem há mais de trinta anos alterações profundas nos paradigmas societários do mundo que estão a questionar o “modelo” dos partidos políticos tradicionais e a questionar os pressupostos da estratégia nacional que tem vindo a ser prosseguida.

E face à crise nacional em que Portugal actualmente se encontra.

Me leva a considerar que os Valores de Abril constituem, ainda hoje, uma referência fundamental para qualquer processo de convergência e unidade dos portugueses e para a sua mobilização para restaurar a Dignidade da Pátria e a Confiança no Futuro.

É uma luta que continua, que me leva a ter muito orgulho no 25 de Abril e me enche de esperanças na consumação de um melhor futuro para Portugal.

Acontecimentos

Debrucemo-nos agora sobre uma análise mais pormenorizada ao 25 de Novembro de 1975:

25 de Novembro de 1975. Para uns, o fim do 25 de Abril, para outros, o retornar a essa data mágica da História de Portugal, repondo o seu verdadeiro espírito democrático e libertador.

Para uns, um golpe da direita, feito de provocações à esquerda revolucionária, que é atirada pela borda fora do processo revolucionário; para outros, uma tentativa de golpe dos esquerdistas, mais ou menos acompanhados pelos comunistas, a que se segue uma resposta firme e decidida das forças democráticas que repõem o comboio do 25 de Abril nos seus próprios carris.

Para mim, porque penso que o 25 de Novembro foi a interrupção necessária de um processo político insustentável, considero que o 25 de Novembro foi a data que o 25 de Abril teve e faltou ao 5 de Outubro.

Com efeito, se durante a 1.^a República tivesse ocorrido um acontecimento como o 25 de Novembro, de que resultasse o fim da “bagunça” e da indisciplina nos quartéis, a retirada da discussão política dos quartéis para um órgão de soberania próprio formado por militares, com a institucionalização de um período de transição durante o qual esse órgão tivesse poderes específicos e fosse o garante da consolidação democrática, talvez a 1.^a República não tivesse terminado em 28 de Maio de 1926.

É por isso que o 25 de Novembro de 1975 será, porventura, a razão pela qual o regime implantado pelo 25 de Abril de 1974 ultrapassou há muito o dobro de vida do regime iniciado com o 5 de Outubro de 1910.

Quarenta anos passados, continua a ser polémica a leitura que se faz daqueles tempos tão conturbados, tão controversos, mas tão ricos e produtivos.

Como um dos que neles se envolveram, um dos responsáveis por muitas das decisões então assumidas, passados estes anos, confesso não me sentir arrependido de ter lutado pelos meus ideais, de ter contribuído para construir uma sociedade diferente. Apesar de alguns erros cometidos, apesar de muitas decepções que, de então para cá, tenho enfrentado, apesar de algumas traições que então sofri e de que só mais tarde vim a tomar conhecimento, continuo a considerar que valeu a pena. Valeu a pena lutar por um país democrático, livre e aberto ao mundo e à modernidade. Um país onde o medo, a repressão, a guerra, o atraso e o analfabetismo não estivessem permanentemente presentes no seu povo.

Nem tudo foi conseguido, nem todo o mal foi erradicado, não vivemos num país sem problemas, mas não tenho dúvidas de que vivemos muito melhor do que antes do 25 de Abril.

O Verão Quente e o Grupo dos 9

Passado o que podemos considerar o primeiro período do pós-25 de Abril, onde o MFA teve de fazer frente aos spinolistas (e a todos os reaccionários, que com eles se acobertaram), que tentaram inviabilizar o cumprimento do grande objectivo do 25 de Abril (libertação e democracia através de eleições livres) viveu-se nova fase de luta para o MFA, agora tendo de enfrentar as forças (militares e civis) que, "empurradas e justificadas" pelas anteriores atitudes dos spinolistas, reivindicavam uma solução revolucionária e popular, voltando a pôr em causa o tal objectivo que servira de bandeira a todo o MFA e fora a razão de ser do 25 de Abril. Agora já não através da realização de eleições livres mas sim através da consumação dos seus resultados, com a aprovação da Constituição da República.

Depois de um Verão escaldante, que ficaria na historia como o *Verão quente*, onde o último governo de Vasco Gonçalves fora substituído pelo de Pinheiro de Azevedo, depois da vitória dos moderados (ou *grupo dos Nove*) na "batalha" de Tancos e da subsequente alteração da correlação de forças no Conselho da Revolução (CR), viveram-se tempos conturbados e nada pacíficos. O poder estava na rua, a indisciplina nos quartéis era generalizada, as polícias não tinham autoridade, o governo não se fazia obedecer, o caos aproximava-se a passos largos. A violência alastrava pelo país, que começava a dividir-se em dois: enquanto no Sul e nomeadamente na Grande Lisboa o poder era "revolucionário", no Norte (acima do paralelo de Rio Maior, como se dizia) os assaltos às sedes dos partidos de esquerda alastravam a todo o vapor.

O VI Governo Provisório começa a sua actividade defrontando-se de imediato com o assalto à Embaixada de Espanha e confronta-se de seguida com a tentativa que o PRP – BR, de Carlos Antunes e Isabel do Carmo, faz para forçar Otelo a assumir o poder, aproveitando para isso a ausência do Presidente da Republica (PR), em visita oficial à Polónia e à União Soviética e, mais tarde, com o cerco à Assembleia Constituinte, protagonizado pelos metalúrgicos da cintura industrial de Lisboa com o apoio do PCP e dos partidos esquerdistas. A situação era explosiva. O COPCON, comandado por Otelo (que acusava o CR de não ser revolucionário e ameaçava não participar mais nas suas reuniões) não aceitava a legalidade existente e gerava um autêntico vazio de poder.

Perante este cenário, adivinhava-se a ruptura, o confronto, a violência, a guerra civil. Ninguém ficava alheio; a neutralidade, o alheamento ou a abstenção não eram viáveis nem aceitáveis, era proibido ficar de fora.

Pessoalmente, no seio do *Grupo dos Nove*, defendia que a solução passava por nos mantermos, a todo o custo, no campo institucional. O que implicava a defesa das nossas posições nos órgãos institucionais, procurando garantir o apoio do PR.

Por isso me opus, firme e deliberadamente, à hipótese que então se defendeu de retirada para o Norte, com as forças que nos apoiavam (Comandos da Amadora, Artilharia de Cascais, Infantaria de Mafra e Cavalaria de Santarém), permitindo, ou provocando, que se criasse a *Comuna de Lisboa*, que depois se procuraria reconquistar, como se ainda cá vivessem os mouros!... Recordo não me ter sido nada fácil impor a minha opinião, dado o número e a qualidade dos oficiais que defendiam a posição contrária. Recordo-me bem de duas situações quase trágicas, nesse aspecto. Uma quando Melo Antunes, quase a soçobrar, perante a insistência de Eanes, Loureiro dos Santos e outros, afirmava "pronto, convenceram-me, aceito a solução, mas coloco uma última condição: o Vasco Lourenço também tem de aceitar" e eu reagia "não, não só não aceito, como veto essa solução. Estaríamos a provocar a guerra civil e isso é inaceitável. Vamos ficar aqui, vamos defender as nossas posições e prepararmo-nos para reagir a qualquer tentativa de golpe, pois quem der o primeiro passo para a confrontação perde". Outra, quando já na segunda quinzena de Novembro e na que foi a última reunião alargada do *grupo dos Nove* (cerca de 30 elementos, no Palácio das Laranjeiras), me atirei violentamente a Jaime Neves, que justificava a defesa da retirada para o Norte com o argumento de que "agora ainda consigo levar comigo 200 homens, daqui a oito dias não garanto nada, não sei quantos conseguirei manter". Não foi fácil enfrentar essas situações, mas considero ter valido a pena todo o esforço...

Cada uma das partes tinha a convicção de que ninguém deveria dar o primeiro passo. Assistia-se ao aparecer contínuo de provocações, cada um tentando fazer "saltar" o outro. Foi assim que na comunicação social estatizada (o *Diário de Notícias* e o *Século* eram conhecidos, respectivamente, pelo *Pravda* e pelo *Isvestzia*) eram anunciadas com frequência tenebrosas conspirações dos Nove. Foi assim que o PR, com o apoio do Primeiro-ministro e a cobertura posterior do CR, utilizou o recém-formado AMI para, na sua primeira e única acção (em autêntico acto de "terrorismo de Estado"), destruir à bomba os emissores da Rádio Renascença, que continuava sob ocupação dos trabalhadores e a defender posições profundamente esquerdistas.

Acção feita pelos para-quedistas, com a intervenção directa da PSP, e que vem a ser determinante na sua evolução e os leva a, mais uma vez, avançarem fora de tempo e a ficarem do lado perdedor (atente-se no facto de os pára-quedistas não intervirem no 25 de Abril e de avançarem no 11 de Março e no 25 de Novembro. Nunca do lado vitorioso, sempre do lado derrotado).

Refira-se aqui a acção determinante porque altamente provocadora, feita ao arrepio das mais elementares regras éticas próprias dos militares, desenvolvida pelo CEMFA, general Morais Silva. Confesso que, por muito que os resultados me tivessem sido favoráveis, quanto mais conheço o que então se passou menos consideração e respeito tenho por esse oficial do meu curso da Academia Militar. O que, aliás, me não deveria surpreender nada, face às suas atitudes anteriores de autêntico catavento!...Seria interessante estudar-se toda a acção, as cambalhotas e os borreganços deste militar, bem como os objectivos que o nortearam.

Foi ainda no jogo das provocações mútuas que se colocou a hipótese de a Assembleia

Constituinte passar a reunir no Porto. Porventura pela primeira e única vez em todo o mundo, o governo decidiu entrar em greve (esta decisão surge por sugestão dos *Nove*, que convencem primeiro Mário Soares, no restaurante Chocalho, antes de a apresentar a Pinheiro de Azevedo).

A mudança no comando da Região Militar de Lisboa

É nesta fase, com enormes e aguerridas manifestações de apoio a ambos os lados, que os *Nove* avançam no CR com a proposta que viria a constituir o último empurrão, a ser a gota de água que fez transbordar o copo, a transformar-se na causa próxima do "passo em frente e em falso" dado pelos ditos revolucionários: a substituição de Otelo no Comando da Região Militar de Lisboa, por mim. A apresentação desta proposta não foi por mim aceite imediatamente, pois considerava que havia outros militares com mais experiência profissional, nomeadamente o Ramalho Eanes e o Loureiro dos Santos, que poderiam assumir aquele Comando. A atitude de todos, especificamente dos dois referidos, que consideraram que o único militar em condições de substituir o Otelo era eu, convenceu-me... Apresentada a proposta no CR, impus uma condição para aceitar: o Otelo, mesmo discordando da decisão, teria que comprometer-se a apoiá-la junto das unidades da RML. Isto, porque considerava ser totalmente diferente o Otelo afirmar-lhes "não era esta a minha opinião mas, perante a situação existente, considero que devemos aceitá-la" a aparecer a afirmar qualquer coisa como "nunca concordei, não concordo, impuseram-me a solução, que querem vocês que eu faça?". Perante a minha atitude gerou-se um grande impasse até que Otelo, pressionado por muitos que não por mim, aceitou e comprometeu-se a proceder como eu exigia. Afirmei então que, se o CR assim decidisse, eu aceitaria a nomeação. Feita a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinco votos contra. Três dias depois, quando contacto Otelo, sou surpreendido – se é que alguma coisa, vinda dele, ainda me pudesse surpreender – com o meu amigo a dizer-me que "afinal, há alterações, vou ao PR comunicar-lhe que já não aceito, pois os meus homens não mo permitem, e gostaria que tu fosses comigo".

Fomos, Otelo, Pinto Soares, Marques Júnior, Francisco Barão da Cunha, Silva Carvalho, (2º comandante da RML), e eu. Muito naturalmente, Costa Gomes não gostou da situação e reagiu agressivamente. Ainda por cima, comigo a afirmar que "como já se não verifica a condição por mim exigida, considero-me desvinculado do compromisso e exijo discutir novamente o assunto" (estávamos a 22 de Novembro). Calcule-se o estrondo que tudo isto provocava na comunicação social. Foi o tempo, mais uma vez, de declarações polémicas e contundentes. Recordo que, enquanto Otelo dizia à R.T.P. que era meu amigo, mas que eu não tinha condições nem capacidade para comandar a RML, enquanto uma série de comandantes de unidades desta região militar afirmavam não aceitar o meu comando e difundiam comunicados públicos a dizer isso precisamente, eu declarava que "pouco me importa que os comandantes de algumas unidades da RML afirmem não me aceitar como comandante. A necessidade da minha nomeação surge devido à enorme indisciplina que grassa nessas unidades e eles sabem que, como os considero responsáveis por isso, uma das minhas primeiras decisões será demiti-los. Comigo a bagunça vai acabar, a bem ou a mal. Não permitirei irresponsabilidades nas minhas unidades."

Após dois dias de frequentes e longas reuniões e discussões, reuniu-se o CR, a 24 de Novembro. O PR começou por relatar os últimos acontecimentos e fazer o ponto de situação, avançando de seguida com a proposta da confirmação da minha nomeação para comandante da RML. Intervim de imediato, declarando "há três dias, quando discutiram a proposta da minha nomeação, coloquei uma condição imperativa. O Otelo aceitou-a e comprometeu-se com ela. Recordo que lhe salientei de forma bem vincada o compromisso que estava a assumir. Lamentavelmente, como eu temia, mudou de posição e aparece com

argumentos falaciosos para justificar esta sua atitude inqualificável. Quero informar o Conselho da Revolução que, neste momento, retiro qualquer condição prévia à minha nomeação. Se decidirem mantê-la, aceite-a-ei, com ou sem o apoio, com ou sem a oposição do Otelo. Para mim, neste momento, é igual". E, virando-me para o Otelo, aconselhei-o a não tentar nada para se opor à decisão que fosse tomada, pois lho não permitiria. A proposta de Costa Gomes foi aprovada sem grandes discussões, que já haviam tido lugar na reunião anterior.

O começo dos acontecimentos

Durante a reunião recebi, juntamente com o Pezarat Correia e em nome do CR, uma delegação da CAP que levantara barricadas em Rio Maior e apresentava uma série de reivindicações. Após alguma discussão, obtivemos deles o compromisso de desmantelamento das barricadas, com a promessa de termos em atenção algumas das suas posições.

Pouco depois de terminada a reunião do CR, fomos surpreendidos pela informação de que os pára-quedistas haviam ocupado algumas Bases Aéreas e prendido alguns militares, nomeadamente o conselheiro da Revolução Pinho Freire.

Estávamos perante a situação que esperávamos e a que havia que reagir, de acordo com os nossos planos. Pressionámos Costa Gomes a assumir posições de resposta ao que se afigurava uma tentativa de golpe de Estado, informando-o das condições existentes. Costa Gomes aceita declarar o "estado de sítio" na área da RML e informa pessoalmente os comandantes das unidades do facto e de que, a partir desse momento, só receberiam ordens ou dele próprio ou do capitão Vasco Lourenço. Isto de acordo com a cadeia de comando que passava a funcionar a partir desse momento: Costa Gomes (PR), Vasco Lourenço (comandante RML), Ramalho Eanes (adjunto de VL).

Consciente de que a solução da situação, parecendo de natureza militar, teria de ser política, tomei uma decisão de que, apesar de tudo, me não arrependo. Com efeito, conhecendo bem a situação, sabia que a correlação de forças nos poderia ser altamente desvantajosa, bastando para tal que os Fuzileiros tomassem a posição dos revoltosos, atitude que era considerada como a mais plausível. Considerava que apenas poderíamos sair vitoriosos se conseguíssemos a neutralidade dos Fuzileiros. Basta recordar que, enquanto os Comandos dispunham de duas/três companhias, o Corpo de Fuzileiros tinha doze companhias, qualquer delas de valor semelhante às dos Comandos. Por isso, considerei fundamental manter-me em Belém para aí conseguir essa tão desejada neutralidade. Tarefa bem difícil de conseguir, mas que se viria a obter com a intervenção junto de Martins Guerreiro e de Rosa Coutinho.

Foi por isso que decidi e ordenei a Ramalho Eanes – nomeado meu adjunto porque fora responsável por, em ligação comigo, organizar o plano de operações para a reacção a qualquer tentativa de golpe (e que, nessa condição, acabara de apresentar a situação a Costa Gomes) – que avançasse para a Amadora e montasse no Batalhão de Comandos o nosso Posto de Comando Avançado, nomeando-o seu comandante interino, até eu para aí avançar, se tal se viesse a considerar útil. Combinámos que manteria contacto permanente comigo, que ficaria no Posto de Comando Principal montado em Belém, fornecendo-me informação atempada e devendo colocar-me qualquer problema mais complicado para que eu pudesse decidir – contactando se necessário o PR. Na sequência desta decisão, dou pessoalmente a primeira ordem aos comandantes das unidades a quem Costa Gomes informara de que só recebiam ordens dele e de mim próprio: "a partir deste momento, passam também a receber ordens do tenente-coronel Ramalho Eanes".

O que de facto aconteceu

Não irei descrever, o espaço não mo permite, os pormenores dos diversos acontecimentos desses dias. Limitar-me-ei a recordar os que me parecem mais significativos, ou que mais me marcaram.

Apresentarei também algumas opiniões pessoais que, precisamente por isso e por serem de alguém que viveu intensamente todos os acontecimentos, poderão sofrer de alguma parcialidade. Como, aliás, todo este relato. Confiemos que seja capaz de a reduzir ao mínimo...

Tenho que realçar a extraordinária importância do papel desempenhado pelo PR Costa Gomes. Conseguindo manter uma serenidade e um controlo da situação a toda a prova, a sua acção junto das forças políticas, nomeadamente junto do PCP, e das forças sindicais foi determinante para ajudar a resolver o *problema*.

A importância do PR foi tão forte, tão essencial, que, de acordo com a estratégia que eu próprio conseguira impor aos *nove*, estes apenas avançam para a resposta aos páras e seus apoiantes depois de avalizados por Costa Gomes... que, estrategicamente, manteve o CR em Belém, em reunião permanente (o que é prova inequívoca da sabedoria desse General sem monóculo...).

Importância fundamental teve também a determinação e a boa condução das forças do lado dos *Nove* que, teoricamente em minoria, venceram no campo militar. Aí desempenhou papel fundamental quem, face à evolução dos acontecimentos, acabou por ser o principal comandante operacional, Ramalho Eanes. Destaco, nomeadamente, a sua não cedência às muitas pressões que os militares mais radicais sobre ele exerceram para o uso de meios aéreos, no bombardeamento a unidades que hesitavam em aceitar as ordens do PR. Situação que, pela sua gravidade, esteve na origem de uma intervenção que fiz no CR (que passara a reunir em permanência) e onde afirmei "resolvido o problema à esquerda, a minha grande preocupação é agora a escalada da direita. Felizmente, conto com Eanes, em quem continuo a confiar". Afirmação que provocou um telefonema do Eanes, a quem algum solícito informador a transmitiu deturpada. Eanes, magoado porque "eu afirmara não ter confiança nele", ameaçava-me tudo abandonar e ir para casa. Ainda me recordo dos berros que lhe dei ao telefone, perguntando-lhe se não me conhecia, para ver que lhe tinham contado a história ao contrário... Entretanto, intervindo na RTP, eu, Charais e Melo Antunes pedimos calma e ponderação e condenámos a caça às bruxas que já se fazia sentir (ainda hoje, a direita não perdoa a Melo Antunes a sua intervenção legitimadora do PCP).

As pressões que referi ficaram bem evidenciadas em afirmações públicas, como as de Jaime Neves, "ainda não estou satisfeito...", mas tiveram outros afloramentos específicos. Para além da defesa de bombardeamentos a unidades militares, nomeadamente o RALIS e os PÁRAS em Tancos, recordo a ordem enviada do Posto de Comando da Amadora para a PSP de Lisboa, para a prisão de um grupo de oficiais. Porque era uma atitude arbitrária, uma lista fabricada sem qualquer justificação – para além da inaceitável situação criada, ao ordenar a prisão de militares pela polícia (!) –, é imediatamente por mim anulada, dando instruções específicas à PSP para só cumprir ordens dessas se assinadas por mim (o surgimento de listas deste tipo repetia, aliás, o que se passara no 11 de Março, que tivera também tratamento igual da minha parte). Tendo contactado Eanes, fui por ele informado de que tal acção lhe passara ao lado, pois fora feita sem o seu conhecimento, não sabia por quem.

A questão das prisões constitui uma das mais dolorosas que tive de enfrentar. Com efeito, vi-me obrigado a dar voz de prisão a alguns amigos, sendo o primeiro o Diniz de Almeida. Mandado por mim apresentar na PR, quis-me contar tudo o que se passara, com a condição de eu não utilizar as suas informações. Situação que não aceitei mas que não impediu que ele me afirmasse que tinham sido traídos, ele e muitos outros, por Otelo. Situação pesarosa

foi igualmente a que envolveu a ordem de prisão que tive de dar aos elementos do SDCI (serviço de informações) onde funcionara um dos postos de comando dos golpistas. Mais complicada e dolorosa seria contudo a situação que envolveu a prisão dos três oficiais do Comando da Polícia Militar, Campos Andrada, Cuco Rosa e Mário Tomé. Situação dramática, que se seguiu à morte de três militares (dois Comandos e um da PM). Todo este episódio é, aliás, um dos que mais me custa recordar, quer pelas suas consequências quer porque só não o evitei por questão de dois ou três minutos. Com efeito, pressionado pelos radicais, Eanes informara-me da necessidade de impor a rendição ao RPM, tendo nós combinado definir as oito horas do dia 26 como limite para a rendição dessa unidade. Com cerca de dez horas pela frente, convenci-me que tinha tempo suficiente para levar à apresentação dos oficiais responsáveis em Belém e aceitei que, depois dessa hora, Eanes pudesse desencadear o ataque. Foi uma noite terrível, que passei em grande parte ao telefone com Campos Andrada, dando-lhe ordens para ele se apresentar imediatamente em Belém, ao PR, com ele a dizer-me que tinha que fazer mais um plenário para ouvir o seu pessoal, com o tempo a passar, comigo a dizer-lhe que poderia ser muito grave este seu não cumprimento das ordens, que a situação se podia radicalizar, sem lhe poder falar no prazo definido. A certa altura, prometi-lhe inclusivamente que os não prenderia e os deixaria em liberdade. No entanto, por mais que com ele insistisse e lhe tentasse fazer ver a necessidade de uma decisão rápida, o mais que consegui obter como resposta é que estava a discutir essa hipótese em plenário na unidade. E seguia-se novo plenário, nova reunião, enfim, um ror de situações que impedia Campos Andrada de assumir uma decisão. Eu, ia olhando para o relógio, ia enfrentando outros problemas queurgia resolver, ia olhando para o relógio, continuava a pressionar o Campos Andrada. A determinada altura, este comunica-me que se iriam entregar de imediato. Olho para o relógio, são oito horas e três minutos e grito-lhe "espero que não seja tarde de mais". Tento ligar imediatamente para Eanes. O telefone está impedido, grito ao Rocha Vieira para me fazer a ligação com ele através da rádio, assim conseguindo dar-lhe ordens para parar imediatamente a acção prevista. Como previra, ouço Eanes dizer-me "tarde de mais, já partiram ", peço-lhe que tente a via rádio para lhes ordenar que regressem. Diz-me que não o poderia fazer, pois estava sem ligação rádio com o Jaime Neves. Dou ordens ao Galamba de Castro (ironicamente, cunhado do Campos Andrada) para correr ao portão da Calçada da Ajuda, interceptar Jaime Neves e lhe transmitir a minha ordem para anular a ofensiva e regressar à Amadora. Galamba de Castro, juntamente com Gonçalves da Costa, correm e conseguem interceptar Jaime Neves, a quem transmitem a ordem. Nesse momento, no entanto, começam os tiros mais acima, com a força dos Comandos que fizera a sua aproximação pelo Norte. E Jaime Neves grita ao Galamba de Castro "como vês, começou a borrasca, nada a fazer!" e avança a caminho do RPM. Pelo telefone, Campos Andrada grita-me que está a ser atacado, agora que ia entregar-se. Digo-lhe que o responsável fora ele e os seus inúmeros plenários dessa noite. Em contacto simultâneo com Eanes, via rádio, peço-lhe que tente fazer parar Jaime Neves, que eu garanto a rendição da PM. E, sem eu perceber como (ainda hoje não compreendi este mistério...), Eanes consegue falar com Jaime Neves, a quem informa que eu obtivera já a rendição da PM, que conseguira que eles parassem o tiroteio, pelo que havia que cessar igualmente o fogo dos Comandos e terminar com o assalto. Dando ordens a Campos Andrada para fazer apresentar os seus homens na parada, mas desarmados, conseguimos parar o combate. O que, infelizmente, não impediu as três mortes já verificadas. E que tiveram, como primeira consequência, a prisão dos três oficiais da PM.

A “prisão das armas”

A propósito de prisões – ou não prisões, como é o caso – não resisto e gostaria de contar um episódio interessante: Rosado da Luz, que comandava o Forte de Almada, apareceu-me (na manhã do dia 26) na Presidência da República e fez-me entrega de um molho de chaves: “toma, entrego-te as chaves da prisão da unidade, onde prendi as armas...”

Surpreendido, sou esclarecido por esse meu amigo do grupo dos “copconistas”, “o que é que queres? Fortemente pressionado por populares (recordemos que se tratava de Almada) para lhes entregar armas, não o querendo fazer mas desconfiando da hipótese de os militares do Forte me tentarem pressionar para o fazer, decidi-me por colocar as armas nas instalações mais seguras da unidade, a prisão. As armas estão presas e aqui te entrego as chaves da prisão...”

O pior estaria reservado de seguida para o Luz: os seus amigos esquerdistas não lhe perdoaram não ter sido preso, acusando-o de estar feito com o inimigo...

Aos que me criticavam por não prender o Rosado da Luz, só perguntava “mas, como podem acusá-lo de ter estado envolvido num golpe, quando ele teve este procedimento?” Armas presas...comandante solto!...

Aos que, ainda hoje, se ufanam por ter ameaçado este militar de Abril de que “ou se rendia, ou seria bombardeado pela Força Aérea”, só recorro a reacção do mesmo, quando essa ameaça lhe chegou, “está bem, eu tenho a unidade cercada por uma multidão de civis. Se quiserem fazer uma matança, bombardeiem...”

O rescaldo do 25 de Novembro

Em circunstâncias diferentes, mas também bastante penosas, recorro a prisão de vários oficiais do COPCON, já no dia 27, em condições que ainda hoje me levantam fortes dúvidas. Recordo que durante essa manhã, recebi a informação, dada pelo Marques Júnior, de que os Comandos estavam a cercar as instalações do COPCON, no Forte do Alto Duque, e que Eanes se preparava para prender Otelo e os oficiais que ali estavam com ele. Contactando imediatamente Eanes, perguntei-lhe o que se passava e contesto-o por ele estar a avançar com uma acção daquela envergadura e importância sem, previamente, ter obtido o meu consentimento, de acordo com o que ficara definido entre nós. Justifica-se com a premência da situação resultante das informações fidedignas que dizia possuir, acrescentando que me ia contactar precisamente naquele momento, quando eu lhe ligara. Ordeno-lhe que não faça nada sem eu chegar e combinámos encontrar-nos à entrada do Forte. Ali encontro Eanes que me informa que tivera informações de que um grupo de oficiais estava reunido com Otelo, a quem tentavam convencer a avançar com um contra-ataque aproveitando a situação que ainda se vivia em Tancos, no Regimento de Pára-quedistas. Duvido (lembro-me de ter dito qualquer coisa como “reagir? Provavelmente estarão é a carpir mágoas...”e Eanes garante-me que a informação era A1 (os mais elevados graus de confiança para o informador e de credibilidade para a notícia). Lamentavelmente, só muito mais tarde venho a saber que o autor da informação era um oficial sem credibilidade, que comandava o forte, e que, de véspera, não entregara as guias de marcha de regresso às suas unidades aos oficiais agora ali presentes, tendo combinado com eles a entrega das mesmas na manhã desse dia 27...

O facto é que, mesmo duvidando muito, não me senti com força para evitar a prisão desses oficiais. Confesso que, nesse momento, me deixei ultrapassar pelo Eanes...(o facto de Eanes já ter sido indiciado por nós, através do PR, como futuro CEME teve importância decisiva...). Pacificamente, Eanes concordou com a não prisão de Otelo, a quem foi permitido separar os seus documentos e haveres pessoais, sem a mínima coacção. Consegui, no entanto, um compromisso com Eanes: a comissão de inquérito que iria ser

nomeada teria como primeira missão o esclarecimento do envolvimento, ou não, desses oficiais e, se dentro de quinze dias, o seu efectivo e concreto comprometimento na tentativa de golpe não estivesse provado, eles seriam libertados.

Passados esses dias, confrontei Eanes com a situação e, não havendo provas incriminatórias inequívocas daqueles oficiais, defendi a sua libertação imediata. Com a justificação das dificuldades nas averiguações e a existência de fortes indícios incriminatórios, o facto é que eles não foram libertados e só muito mais tarde deixariam a prisão. Com uma excepção, Corvacho que como antigo comandante da Região Militar do Norte não fora enviado para Custóias e estava preso na unidade de Artilharia de Cascais. Como essa unidade estava sob o meu comando, pude dar ordem de libertação a Corvacho, lamentando não o poder fazer, nem ter conseguido que outros o fizessem, em relação aos demais oficiais. E assim Corvacho deve-me uns meses a menos na prisão.

Quantos 25 de Novembro existiram?

Durante estes mais de quarenta anos, como é lógico e natural, algumas "novidades" sobre acontecimentos que me dizem respeito têm vindo a chegar ao meu conhecimento. Por essas e outras razões, muito me tenho questionado sobre o que aconteceu, sobre o que não aconteceu, mas esteve para acontecer, sobre os porquês, sobre os desígnios das pessoas, os seus interesses, os seus disfarces, as suas ambições.

Tenho algumas suspeitas e algumas dúvidas.

Desde logo, quantos "25 de Novembro" existiram?

Que ligações espúrias tinha o chamado *Grupo Militar*, que compromissos e que consequências na evolução pós-25 de Novembro? Nomeadamente, quais as relações com o MDLP, qual a utilização abusiva do nome do *Grupo dos Nove*?...

Contrariamente à decisão dos *Nove*, o *Grupo Militar* elaborou ou não um plano de operações ofensivo? Se sim, que havia de verdade nas acusações que os revolucionários então fizeram, quanto ao chamado "golpe dos coronéis"? E se sim, até que ponto a hipótese do lançamento de um golpe de direita esteve iminente? (confirmar-se-ia assim a minha versão de que se os acontecimentos do 25 de Novembro se têm verificado em Janeiro ou Fevereiro, teríamos caído inevitavelmente numa situação de extrema-direita...).

Porquê a distribuição de armas a civis, sob a responsabilidade do Posto de Comando da Amadora, e porquê a sua ocultação perante mim, de quem esse Posto de Comando dependia directamente? O que mais tarde vim a saber sobre este processo, que vitimou escandalosamente o Edmundo Pedro, cidadão exemplar que manteve uma ética de procedimento irrepreensível, quando comparado com o dos militares com quem então colaborou, daria para escrever outro artigo... Tenha-se em atenção que o comportamento dos responsáveis do seu partido, o PS, para com Edmundo Pedro também foi altamente condenável.

Por mais tempo que passe, ainda não consigo nem compreender nem "engolir" este episódio: por sugestão de alguns elementos do "grupo militar" (penso que através do Loureiro dos Santos), foi enviada por mim, comandante da Região Militar de Lisboa, uma mensagem a todas as unidades a proibir a distribuição de armas a civis. Pretendia-se, assim, evitar a repetição do que fora feito no 11 de Março pelo RALIS. No dia 26, surgem no CIAAC dois majores enviados pelo brigadeiro Galvão de Figueiredo a solicitar 150 G3 para entregar ao PS. O comandante dessa unidade exhibe a mensagem e, de acordo com ela, nega-se a entregar as armas. É-lhe então dito que se tratava de um caso especial, pelo que lhe pedem que contacte o Posto de Comando na Amadora. O comandante faz o telefonema, quem o atende é o ten. cor. Tomé Pinto, que por sinal pertencia ao grupo do brigadeiro Galvão de Figueiredo. Perante o problema, Tomé Pinto dá autorização do

fornecimento das armas, que são entregues a Edmundo Pedro na casa de um sargento da unidade. Passado algum tempo (cerca de 15 minutos) Ramalho Eanes chega à sala de operações, onde é colocado ao corrente do que se passara por Tomé Pinto. “Fizeste mal, estava previsto se fosse necessário, mas já não se justifica entregar armas a civis”. “Pois é”, reage Tomé Pinto “mas eu fi-lo, está feito...”. “Eu cubro isso” , reage Eanes, acrescentando “ mas o Vasco Lourenço não pode saber nada do que se passou”...

E foi por isso que uma situação que eu até apoiaria (nomeadamente a reacção de Eanes em cobrir a atitude de Tomé Pinto) me passou totalmente ao lado e, apesar de assumir posteriormente o comando efectivo da RML e ter Tomé Pinto como meu CEM (da RML), só vim a saber da distribuição quando, em início de 1978, o Edmundo Pedro é apanhado pela Guarda Fiscal, quando se preparava para entregar a maioria das armas ao Exército. E só o vim a saber através do comunicado público que o EME fez, onde assumia que as armas apreendidas a Edmundo Pedro lhe tinham sido entregues pelo Exército em 26 de Novembro de 1975. O que não impediu o velho preso do Tarrafal de ficar novamente algum tempo preso...

Pois é, mas apesar de questionar Rocha Vieira (o então CEME) e Ramalho Eanes (então PR e CEMGFA), só vim a saber do episódio que atrás contei em 1983 (já não comandava a RML, já não havia Conselho da Revolução) porque o Aurélio Trindade (então tenente coronel pertencente ao Grupo Militar) me narrou o que se passara e a que ele assistira... mistérios

Qual o papel de Otelo nos acontecimentos? O de quem perdeu a capacidade de comando e de controlo e viu a situação a fugir-lhe por todos os lados, ou o que justificaria a acusação do Diniz de Almeida, que o próprio Otelo assumiria alguns dias depois junto de mim e do Marques Júnior, alegando que dera luz verde para avançar para a ocupação das bases aéreas, abandonando de seguida o terreno de operações, pois sabia que nós responderíamos, venceríamos e seríamos magnânimos com os derrotados? Acrescentando que considerou, então ser esta a única forma de resolver o problema da indisciplina que os esquerdistas haviam criado nas unidades. Versão que mais tarde renegaria, dizendo tudo ter inventado para tentar defender os seus homens presos. De qualquer maneira, o papel de um aprendiz de feiticeiro que transformou o laboratório em cacos.

Enfim, um mar de dúvidas que só os investigadores poderão um dia esclarecer, mas que não me levam, contudo, a lamentar as decisões e atitudes que então assumi.

Pessoalmente, poderia ter tido outro protagonismo público, mas estou certo de que tudo poderia ter sido diferente, para pior, se não tenho decidido ficar em Belém e jogar no campo político-militar. Local onde, em minha opinião, se decidiu o fundamental do 25 de Novembro. Que nos permitiu chegar à aprovação da Constituição da República e nos abriu definitivamente as portas à consolidação do Estado democrático e de direito.

E, por muitas dúvidas que continue a ter, de uma coisa tenho porém a certeza: **não aconteceu o pior.**

Reflexões finais

Porque me parece que o essencial é estudar todos os acontecimentos – portanto também o 25 de Novembro – para os analisar e procurar aproveitar para perceber melhor o que hoje se passa e quais as soluções para resolver os problemas com que nos defrontamos, gostaria de tecer ainda mais algumas considerações.

Poderei cair em algumas apreciações sobre a actualidade, que porventura parecerão

deslocadas. Afinal, estamos a reflectir sobre o 25 de Novembro e não sobre a actual situação, dirão alguns.

Porque considero que o 25 de Novembro, ao redirigir o rumo do 25 de Abril, tem que ver com todas as consequências deste para o nosso país – instalação de um sistema democrático e um Estado de Direito – não resisti e penso não ter exagerado.

Tendo presente que:

- Após um período de luta e transformações intensas em Portugal, há quarenta anos estávamos à beira da guerra civil, com o risco de nos perdermos na maravilhosa aventura colectiva em que se transformara o 25 de Abril. A Revolução dos Cravos estava prestes a estoirar e, com isso, a desaparecerem todos os sonhos que se haviam alimentado.
- Considero, por muito suspeito que seja, que a legitimidade revolucionária pertenceu sempre aos capitães de Abril que se bateram pela concretização das promessas apresentadas no seu Programa do MFA.
Que a partir de determinado momento, tiveram atrás de si todos os que, não concordando com o 25 de Abril libertador, não tinham coragem nem condições para impor o regresso ao “antes do 25 de Abril” ou, no mínimo, impor uma “democracia musculada”? É um facto, mas é isso que sempre acontece em todos os lugares e com todas as sociedades! Tacticamente, todos e cada um, procuram alianças para, não conseguindo atingir os objectivos que pretendem, manterem as condições que lhes permitam chegar a esses objectivos, num futuro que pretendem o mais próximo possível.

O facto é que “ tudo se resolveu” com o 25 de Novembro de 1975.

Apesar de, tenho de reconhecer, tal como noutros pontos culminantes do processo revolucionário também aqui houve quem, sem razões plausíveis, foi injustamente mal tratado. Como costume dizer a alguns amigos que o sofreram, a nossa virtude está em não termos assumido atitudes extremas. E o facto é que todos nós, mais cedo ou mais tarde, acabámos por sofrer injustiças e maus tratos.

Como já referi, nem tudo foi conseguido, nem todo o mal foi erradicado, mas não tenho dúvidas de que vivemos muito melhor do que antes do 25 de Abril.

Mesmo, apesar de nos últimos anos termos vindo a assistir à destruição de quase tudo o que se conseguiu conquistar com Abril, temos ainda a liberdade conquistada que nos permite lutar contra as novas forças da reacção, os novos fascistas, as novas “maiorias silenciosas“, que querem voltar ao 24 de Abril!

Por isso, apesar de o 25 de Novembro continuar a ser uma data, um acontecimento, fracturante, temos de ser capazes de o olhar com novos olhos, para podermos dele tirar as lições que nos permitam enfrentar as novas lutas em que estamos envolvidos.

Nesse sentido, para melhor conseguir compreender o que se passou nos últimos tempos em Portugal, impõe-se perguntar: Quem venceu e quem perdeu com o 25 de Novembro?

Também aqui haverá mais que uma leitura: liminarmente dir-se-á que venceram os moderados, o Grupo dos Nove, e que perderam os radicais, os esquerdistas e os comunistas.

É assim tão simples?

Desde logo, há quem afirme que os comunistas venceram, pois anularam os esquerdistas e mantiveram-se na esfera do poder, não tendo sido ilegalizados.

Naquela altura os moderados foram vistos como um grupo homogéneo e declarados vencedores. Eram eles que defendiam a aprovação da Constituição da República, a entrega do poder à sociedade, a consolidação do Estado democrático e de direito.

Foi isso que se consumou, foi isso que ficou para a História.

No entanto, se analisarmos melhor, constataremos que esse grupo de vencedores era constituído, na essência, por dois grupos: um, o maioritário, o Grupo dos Nove que mantinha a legitimidade revolucionária do Movimento dos Capitães e se manteve fiel, cumprindo todas as suas promessas, ao Programa do MFA; outro, minoritário, o grupo saudosista do 24 de Abril, que se acobertou atrás do Grupo dos Nove, que teve mesmo algum protagonismo operacional, mas que foi vencido no seu objectivo de querer “sangue, muito sangue”, com a ilegalização, no mínimo, dos comunistas, e que eu designo por vencedores/vencidos.

Juntamente com Costa Gomes, Melo Antunes, Ramalho Eanes, Victor Alves, Franco Charais, Pezarat Correia, Victor Crespo, Costa Neves, Sousa e Castro, Marques Júnior, Garcia dos Santos, Salgueiro Maia, Costa Brás e outros, (nomeadamente os muitos militares de Abril que nas unidades nos protegiam a retaguarda) fui um dos principais protagonistas dessa luta, que estive na base da consagração inequívoca de uma democracia representativa, mas uma democracia assente na plena igualdade de direitos e deveres dos cidadãos e dos seus representantes, nos termos da Constituição da República, que viria a ser aprovada, na sequência do 25 de Novembro.

Nestes quarenta anos, estes vencedores/vencidos (eles próprios contendo duas tendências, a defensora de uma “democracia musculada” e a desejosa do regresso à ditadura”) nunca desistiram dos seus desígnios e, temos de convir, muitos deles têm vindo a conseguir concretizá-los.

É nisso que, em meu entender, se enquadra a acção do anterior Presidente da República que no fim do seu segundo mandato, se desmascara plenamente: depois do episódio da promoção a general do coronel Jaime Neves, “palhaçada” que indignificou as Forças Armadas e constituiu uma ofensa aos militares de Abril e ao Portugal democrático, assistimos, passados mais de quarenta e um anos à condecoração com a Ordem da Torre e Espada, de militares por acções desenvolvidas na Guerra Colonial. (Algumas, em termos militares, até serão merecidas e se justificarão, mas, agora, tantos anos passados, que ideias estarão por detrás de quem assim procede? Justificar a guerra colonial?) Tudo rematado pela atribuição dessa mesma condecoração ao último governador de Macau, acto que só o condecorador e o condecorado conseguirão entender...

Esses vencedores/vencidos têm vindo a recuperar e tentam, de facto, ser os verdadeiros vencedores do 25 de Novembro.

Impedidos, em 1975, de ilegalizarem o PCP, de liquidarem os seus dirigentes e partidários mais activos, ou, no mínimo colocá-lo “sob vigilância apertada”, tentaram agora, (há cerca de um ano) através do Presidente da República, riscá-lo dos partidos com direito a participarem na solução governativa do País. “Decretando” que podem concorrer às

eleições, podem eleger deputados, mas não podem pertencer ao “arco da governação”.

Não tenhamos dúvidas: se em 25 de Novembro de 1975 se conseguiu parar o aventureirismo esquerdista e as ambições de um socialismo científico, conseguiu-se igualmente parar a tentativa da extrema-direita, de regresso ao 24 de Abril, e a da direita, de implantação de uma democracia musculada.

É esse o enorme valor, a enorme relevância que teve o 25 de Novembro, é essa a razão de continuar a sentir-me orgulhoso de ter sido um dos principais responsáveis pela solução vencedora.

E é também por isso que continuo na luta para impedir que esse grupo de vencedores/vencidos, apesar do apoio estrangeiro que possui, apesar das armas que tem, apesar dos ventos favoráveis que o neo liberalismo financeiro especulativo lhe proporciona, consiga transformar a derrota sofrida há quarenta anos numa vitória para os dias de hoje.

Houve um dia um amigo que me contestou, “tendo você estado dum lado da barricada e os comunistas doutro, no 25 de Novembro, como é possível, agora, fundar a Associação 25 de Abril e estar lado a lado com eles?”

Respondi-lhe então “No 25 de Abril, nós estávamos dum lado, os fascistas estavam do outro. Você já fez um governo com o CDS, onde estão os fascistas (sim, porque eles não desapareceram de um dia para o outro...). Para mim, a barreira do 25 de Abril continua a sobrepor-se, a ser mais importante que a barreira do 25 de Novembro!”

E é isso que continuo a pensar...

Por isso, me sinto mais realizado, cada dia que passa, como responsável maior de uma associação onde convive a enorme maioria dos militares de Abril.

É de facto reconfortante sermos capazes de ultrapassar divergências, sermos capazes de colocar de lado factores menores que nos poderiam dividir e separar e, apesar de adversários em momentos difíceis e conturbados, sermos capazes de nos unirmos à volta do essencial, para continuarmos a luta iniciada em 25 de Abril, por um Portugal mais livre, mais democrático, mais justo, mais fraterno e em paz.

O sucesso da Associação 25 de Abril, nos seus trinta e quatro anos de existência, é, em meu entender, a melhor prova de que é possível fugir ao “destino” da solução “bloco central” ou “PAF”.

Sinal de que a “geringonça” pode ter futuro...

Pessoalmente, continuo a fazer força para que a solução saída das eleições de 2015 frutifique...

De uma coisa continuo a não duvidar: Por muito defeito que tenha, esta Democracia doente continua a ser preferível à ditadura!...

Lisboa, Setembro de 2016

Vasco Lourenço